



AVALIAÇÃO E PREMIAÇÃO ESCOLAR: O QUE SE ESCONDE NO JARDIM DAS ÁRVORES DE DESEMPENHO?

Karlane Holanda Araújo

Doutoranda e Mestra em Educação Brasileira, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará – UFC. Linha de Avaliação Educacional. Professora do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Ubajara. E-mail: Karlaneufc@gmail.com

Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga

Doutoranda e Mestra em Educação Brasileira, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará – UFC. Linha de Avaliação Educacional. Professora do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) – Campus Cajazeiras. E-mail: edivaneidesousa2012@gmail.com

Raimundo Hélio Leite

Doutor em Educação pelo PPGE-FACED-UFC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE-FACED-UFC. Livre Docente pela UFC. E-mail: rhleite@terra.com.br

Agência Financiadora: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

RESUMO

O presente artigo tem como escopo discutir acerca dos reveses da política *accountability*, representada pelo Prêmio Escola Nota Dez, no estado do Ceará, especialmente quanto ao uso de dispositivos ditos pedagógicos de atribuição de mérito escolar. Este trabalho desenvolveu-se a partir de estudos bibliográficos, tendo como fonte principal a dissertação de mestrado da autora principal, intitulada *Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia, no ano de 2009*, publicada em 2016, cujo alguns relatos dos alunos entrevistados do 2º ano do ensino fundamental da pesquisa foram analisados. Ao final deste estudo, constatamos que as estratégias pedagógicas às avessas (ficha para trocar por brinde e a árvore de desempenho escolar), utilizadas pelas escolas premiadas de Sobral, camuflam a competitividade, a seleção e a classificação entre os “aptos” e os “não aptos”, como também escondem a meritocracia no condicionamento das crianças a buscarem atingir melhores rendimentos em troca de recompensas por brindes e/ou prêmios. Logo, no jardim das árvores de desempenho oculta-se a discriminação e o preconceito com que sofrem aqueles que se desviam do *standard*, do padrão de “normalidade”, do alcance da excelência escolar.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Prêmio Escola Nota Dez. Árvore de Desempenho Escolar.



ABSTRACT

The present article has as scope to discuss about the setbacks of the policy of accountability, represented by the School Note Ten Award, in the state of Ceará, especially regarding the use of so-called pedagogical devices of attribution of school merit. This work was developed from bibliographical studies, having as main source the main author's master's dissertation, entitled The effects of the Note Ten School Award in the pedagogical processes of the award-winning schools of Sobral and those of Caucaia in 2009, Published in 2016, which some reports of the students interviewed in the second year of elementary school were analyzed. At the end of this study, we verified that the pedagogical strategies in reverse (to exchange for toast and the tree of school performance), used by the award-winning schools of Sobral, camouflage the competitiveness, selection and classification between "fit" and "Fit", as well as hiding meritocracy in the conditioning of children seeking to achieve better incomes in return for rewards for gifts and / or prizes. Thus, in the garden of performance trees, the discrimination and prejudice against those who deviate from the standard, the standard of "normality" and the achievement of school excellence are hidden.

Key-words: Educational Evaluation. Note Ten School Award. School Performance Three.

Introdução

A política educacional contemporânea tem como discurso hegemônico o da "qualidade", por conta disso o centro das atenções de alguns estados brasileiros tem sido privilegiar: aplicação de testes de desempenho cognitivo, *publicização* dos resultados das avaliações em larga escala, responsabilização dos agentes públicos pelos resultados atingidos e a premiação escolar, estratégias da política *accountability*¹ para atingir a eficácia da educação.

¹ A política *accountability*, assentada nos conceitos econômicos de mercado, é caracterizada tanto pela divulgação e pela disseminação dos dados de desempenhos escolares, denominada de responsabilização simbólica, *low-stakes*, quanto pela utilização de mecanismos de incentivos financeiros e competitivos para mo-

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Um dos estados precursores na implantação do modelo *accountability* é o estado do Ceará que vem, desde o início dos anos 1990, consolidando a cultura de avaliação e gestão por resultados, a fim de obter um maior monitoramento e controle das políticas educacionais locais. Nesse cenário da educação cearense destaca-se como exemplo do modelo *accountability*, o programa Prêmio Escola Nota Dez², que faz uso dos resultados do Spaece³ para verificar a eficácia do desempenho escolar, classificar/publicizar os *rankings* escolares e premiar as instituições de ensino. Tal programa tem como propósito incentivar professores, funcionários e gestores escolares a melhorarem os resultados das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do ensino fundamental.

Exatamente por conta de que os resultados do Spaece podem se reverter no recebimento do Prêmio Escola Nota Dez, ou seja, em recompensas financeiras para os sujeitos educacionais e alocação de recursos para empregar em infraestrutura escolar, material didático, formação docente, etc. é que esse discurso auspicioso da premiação escolar acaba influenciando na reorientação das práticas pedagógicas das escolas de ensino fundamental, interferindo na preleção de conteúdos curriculares voltados para as matrizes das avaliações externas e também

bilizar os profissionais da educação na busca pela melhoria da qualidade, chamada de responsabilização forte, *high-stakes* (ARAÚJO, 2016).

² O Prêmio Escola Nota Dez é disciplinado pela Lei Estadual nº 15.923/2015 de 15 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto 32.079 de 9 de novembro de 2016 e funciona como “política indutora para as escolas melhorarem seus resultados; Como política apoiadora às escolas com menores resultados[...]” (SEDUC, 2017).

³ O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), vem implementando, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). Na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico, o Spaece caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em Língua Portuguesa e em Matemática (CEARÁ, 2013).



pressionando o corpo docente e discente a alcançarem metas (ARAÚJO, 2016).

Dentre as repercussões do Prêmio Escola Nota Dez, chamou nossa atenção durante a pesquisa de mestrado⁴ o fato de que as escolas nota dez expõem os nomes das crianças em listas, quadros e árvores de mérito de desempenho discente em sala de aula, como também atribuem recompensas materiais para as crianças que apresentam excelentes desempenhos num determinado teste e atividade escolar, com a prerrogativa de motivarem os educandos a melhorarem suas *performances* quanto às habilidades de leitura e escrita no Spaece.

Se por um lado, essas táticas pedagógicas podem ser vistas como uma maneira propositiva de elogiar, recompensar e valorizar os resultados satisfatórios alcançados pelas crianças. Por outro lado, corre-se o risco de estigmatizar as crianças por não se saírem bem, de culpabilizá-las pelo fracasso sem levar em conta outras variáveis do contexto, de seccionar as crianças dentro da sala de aula e da escola.

Nessa direção, a matéria crucial é que as escolas a fim de atingirem o *status* de Escola Nota Dez tendem a apostar no jogo do vale tudo, arriscam em estratégias pedagógicas às avessas, que acabam por condicionar as crianças a responderem a demanda da “eficácia” escolar. Essa tendência demonstra que as escolas estão se rendendo, cada vez mais, aos princípios da meritocracia, do tecnicismo e da produtividade, desvirtuando, geralmente, o verdadeiro sentido da educação para a ideia de instruir e ensinar os alunos para os testes padronizados.

⁴ Esta pesquisa foi desenvolvida em duas Escolas Nota Dez do município de Sobral e em duas escolas apoiadas do município de Caucaia, no período de 2014 e 2015. A dissertação intitulada de *Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das escolas apoiadas de Caucaia* foi defendida no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano de 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15716/1/2016_dis_kharaujo.pdf

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Ao reconhecer essa realidade educacional, surgiu o interesse em produzir o artigo *Avaliação e premiação escolar: o que se esconde no jardim das árvores de desempenho?*, com o objetivo de discutir acerca dos reveses da política *accountability*, representada pelo Prêmio Escola Nota Dez, no estado do Ceará, especialmente quanto ao uso de dispositivos ditos pedagógicos de atribuição de mérito escolar. A relevância desse estudo justifica-se, primeiramente, por evidenciar que as finalidades e os rituais de avaliação atuais estão marcados por uma herança da geração da medida (pré-tyleriana) e da valorização tecnicista dos objetivos educacionais (tyleriana), e posteriormente, mas não menos importante, por trazer à tona a reflexão sobre essas práticas pedagógicas corriqueiras, que são vistas, por muitos professores, como inofensivas para o desenvolvimento da criança.

Este trabalho desenvolveu-se a partir de estudos bibliográficos, tendo como fonte principal a dissertação de mestrado da autora principal, intitulada *Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia, no ano de 2009*, publicada em 2016, cujo alguns relatos dos alunos entrevistados do 2º ano do ensino fundamental da pesquisa foram analisados. Também, realizou-se a observação e a descrição crítica dos registros (ficha para trocar por brinde e a árvore de desempenho escolar), que foram fotografados nas salas das turmas pesquisadas.

O passado presente dos rituais e das finalidades do ato de avaliar

O ato de avaliar vem sendo conceituado por estudiosos do assunto, que designam objetivos, funções e características



diferentes acerca da avaliação. Conhecer algumas dessas concepções nos ajudará a compreender melhor as mudanças históricas, bem como as principais tendências e inclinações atuais dessa prática.

Os primeiros exames escolares orais e formais foram introduzidos no século XVI, precisamente no ano de 1599, pela Companhia de Jesus. O *Ratio Studiorum*, conhecido como plano geral de ensino dos Jesuítas caracterizava-se como um manual prático composto por 467 regras. Nesse documento constavam as normas quanto à prova escrita, forma de correção, sabatina, competição, emissão de prêmios e/ou castigos (LUCKESI, 2011).

A normatização da prova escrita contida no *Ratio Studiorum* era rígida, visto que:

previa vários dias para a realização dos exames, estabelecia horário de início e término, exigia silêncio no decorrer da prova, não permitia empréstimo de material didático e licença para ausentar-se da sala, obrigava a frequência e a assinatura na lista de presença, não admitia composições semelhantes nas respostas e definia as penalidades contra fraudes para o educando que transgredisse as normas. (FRANCA, 1952, apud ARAÚJO, 2016, p.26).

As provas escritas eram sigilosas e corrigidas por três julgadores, que seguiam uma forma de julgar. Quanto ao julgamento:

[...] para a escolha do vencedor deverá ser nomeado o que escreveu com melhor estilo, e se obtiver empate em qualidade e estilo escolhe o que escreveu mais; se ainda assim houver empate será escolhido o que apresentar melhor ortografia, caligrafia, se em tudo forem iguais, os prêmios poderão ser divididos, multiplicados ou tirados em sorte. (FRANCA, 1952, p. 115).

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Existiam atos solenes para a divulgação dos resultados das provas escritas, os nomes dos vencedores eram lidos publicamente na assembleia para os convidados, os quais eram chamados individualmente para receber com toda honra a premiação (FRANCA, 1952).

No plano geral de ensino da companhia de Jesus também designava as regras para a premiação das classes e alunos, a distribuição obedecia a uma quantidade específica, por classe de retórica, poesia, prova latina, prosa grega, gramática e humanidades, além disso, ainda existiam as condecorações aos discentes que se sobressaíam na doutrina cristã (ARAÚJO, 2016).

O estudante que não comparecia às lições, repetições, disputa e/ou deixasse de cumprir algum dos deveres relativos ao estudo ou às normas disciplinares era levado ao conhecimento do superior e aplicava-se o castigo. Essa penalidade tinha em vista causar ao aprendiz uma pequena dor física, que, na primeira idade, era um meio eficiente de disciplinar. Porém, os castigos físicos ficavam sempre como último recurso, uma vez que a regra era recorrer aos sentimentos mais nobres da honra e da dignidade. Para os Jesuítas, a emulação constituía em seu sistema numa das forças psicológicas mais eficientes, pois o espírito de competição era um excelente estimulador para os jovens (FRANCA, 1952).

Percebe-se que na pedagogia dos Jesuítas o propósito da avaliação era a disciplina, o controle e a classificação, dispensava-se uma atenção especial ao ritual das provas e exames, fazendo uso da competição para atribuir prêmios e/ou castigos.

No início do século XVII, John Amos Comenius (1592-1670), bispo protestante, representante da reforma religiosa, apresentou uma concepção pedagógica não muito diferente



daquela proposta pelos Jesuítas. Sua obra *Didática Magna*, publicada em 1632, tem como premissa a ideia de que o professor deve lançar mão de todos os recursos disponíveis, inclusive o do medo, para que a aprendizagem seja eficiente. Ele postulava a ameaça: “Cuidado, vocês não estão estudando; então verão o que vai acontecer com vocês no dia das provas!” (LUCKESI, 2011, p. 249)

Na *Didática Magna*, Comenius estabelece a normatização de provas e exames, bem como designa que: o professor deveria interrogar um ou outro para certificar-se de que o aprendiz estava atento, caso percebesse alguém distraído, este, deveria ser repreendido e punido imediatamente, para que todos se esforçassem em prestar mais atenção; o professor pessoalmente, como inspetor supremo, deveria pedir as lições aprendidas de cor a um aluno, a um segundo, a um terceiro e a todos, enquanto todos os outros ouvem. Assim, todos deverão ir preparados para a escola, pelo temor de ser interrogados; o professor também poderá, de quando em quando, olhar pessoalmente os cadernos deste ou daquele, sem ordem específica, e punir aquele que tiver sido negligente ou desatencioso. Nesse sentido, foi Comenius quem instaurou o medo como instrumento para estimular o aluno a temer e estudar mais para as provas (COMENIUS, 2002 apud SAKAMOTO, 2008).

Além disso, a pedagogia de Comenius admitia a necessidade de que cada estudante deveria se submeter, sucessivamente, aos exames “[...] de hora em hora, de dia em dia, de semana em semana, de quinzena em quinzena, ou seja, não haveria tempo para quase mais nada, além de responder as provas.” (LUCKESI, 2011, p. 250). Outro ponto marcante dessa pedagogia era atribuir a um funcionário, nomeado pelo poder público, elaborar e aplicar as provas nas escolas, a fim

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



de verificar a qualidade do desempenho dos educandos. Esse dispositivo objetivava monitorar se a escola estaria cumprindo seu papel adequadamente. (LUCKESI, 2011).

Na Idade Moderna, Jean Baptiste de La Salle (1651-1719), em seu Guia das Escolas Cristãs (1721), “[...] defendeu o exame como supervisão permanente e dimensão que permite o controle disciplinar do processo e a leitura de seus resultados.” (LIMA; MARINELLI, 2010, p. 90). La Salle institucionalizou a prática do exame escolar numa perspectiva de maior controle dos educandos e da educação. Tal modelo voltou-se, pela primeira vez, para o conhecimento, embora puramente quantitativo, para classificação e controle. No século XVIII, a prática dos exames atingiu seu apogeu com

[...] a instauração das primeiras escolas modernas, um modelo que englobava noções de organização do conhecimento, o emprego racional do tempo de estudo, a noção de programa, o cuidado com o material didático, a valorização do mestre como guia do processo de aprendizagem e a razão como principal forma pela qual o conhecimento seria alcançado. (ARAÚJO, 2016, p.28).

Entretanto, a atividade intensa conhecida como testagem desenvolveu-se somente nas primeiras três décadas do século XX. O movimento da psicometria⁵, de avaliação e de testagem, especialmente pelos testes de quociente de inteligência (QI), está voltado aos estudos das diferenças individuais, buscam explicar por que os comportamentos dos indivíduos são diferentes entre si. Caracterizam-se como procedimentos padronizados e “estáticos”, testes de rendimento elaborados, baseados nas medições psicofísicas – capacidades sensoriais, tempos de reação – para estabelecer discriminações individuais.

⁵ Psicometria: medição científica da inteligência humana (MACEDO; LIMA, 2013).



O objetivo desses testes é detectar diferenças individuais, dentro do modelo de características e atributos que assinalavam a psicologia da época, e identificar potenciais diferenças para determinar a posição relativa do sujeito dentro da norma grupal (ESCUADERO, 2003). Em outras palavras, os testes de QI buscam avaliar o desempenho individual de uma criança pela referência a uma norma ou grupo “médio” e, geralmente, pela atribuição de “pontos” de QI, resultantes do desempenho da criança em uma série de tarefas padronizadas (LUNT, 1994).

Essa fase ficou conhecida como *pré-tyleriana* e teve como principais expoentes Alfred Binet (1857-1911) e Joseph Mayer Rice (1857-1934), que sistematizaram os testes de inteligência e ortografia na escola. Também se destacou Edward Lee Thorndike (1874-1949), que desenvolveu os primeiros testes padronizados de rendimento escolar e os testes de aptidão intelectual nos exames de admissão às universidades (LIMA; MARINELLI, 2010).

Nessa direção, ganhou espaço e expansão a cultura dos testes e medidas na educação. Nas primeiras décadas do século passado, avaliar se confundia com medir. Por essa razão, “[...] naquele momento, esses termos (avaliar e medir) se tomavam um pelo outro. A avaliação era eminentemente técnica, consistindo basicamente em testes de verificação, mensuração e quantificação de resultados.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 17).

La década entre 1920 y 1930 marca el punto más alto del testing, pues se idean multitud de tests estandarizados para medir toda clase de destrezas escolares con referentes objetivos externos e explícitos, basados en procedimientos de medida de la inteligencia, para utilizar con colectivos de estudiantes. (ESCUADERO, 2003, p. 14).

De acordo com Rodrigues e Parente (2010), a geração da medida ou período *pré-tyleriano* é uma fase da avaliação cuja

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



importância residia no seu caráter de objetividade. A avaliação, nessa fase, era eminentemente técnica, estabelecendo-se como componente central da psicomетria, consistindo em testes de verificação, mensuração e quantificação da inteligência dos educandos.

A avaliação educacional foi fortemente influenciada pela evolução dos sistemas de mensuração, chegando à era contemporânea da epistemologia como atividade científica especificamente em 1934, com os trabalhos de Ralph Winfred Tyler⁶ (1902-1994).

Conforme Vianna (2000), as bases teóricas de Tyler foram construídas a partir dos estudos sobre testes de inteligência de Alfred Binet, em que:

[...] os resultados dos chamados testes de inteligência eram utilizados na interpretação do desempenho dos estudantes nos testes de escolaridade, sobretudo quando se tratava de um baixo desempenho[...], houve mudanças nos testes de rendimento, que eram referenciados a critério e o desempenho do aluno era acompanhado a um valor absoluto, passando a testes do tipo referenciados a normas, em que o desempenho do estudante é relacionado ao comportamento do seu grupo. (VIANNA, 2000, p. 48).

O modelo de Tyler, em 1942, era consignado ao paradigma da racionalização científica, até então utilizado nos processos industriais, correlacionado diretamente com a preocupação com os resultados (produto) referentes ao cumprimento eficiente dos objetivos previamente planejados para o programa. Sendo assim, a avaliação se desenvolve de acordo com “[...] o paradigma de racionalização científica que caracteriza a

⁶ Teórico que instituiu o termo avaliação educacional e criou um modelo sistemático para controlar as atividades mais diretamente ligadas à educação (VIANNA, 2000).



pedagogia por objetivos, compromissada com a ideologia utilitarista tão peculiar à indústria e que tem suas raízes mais fortes no começo do século XX nos Estados Unidos.” (DIAS SOBRI-NHO, 2003, p. 19-20).

Começa a ocorrer uma preocupação com a *accountability*, com a prestação de contas, metodologia utilizada pelo poder público na rendição de contas à população, dos serviços que oferecem, assim como por agências financiadoras. As reformas na administração pública mobilizadas desde a metade do século XX, focalizaram a eficiência e a eficácia em favor das quais foi introduzida a descentralização dos serviços (ABRU-CIO, 1997). A atenção concentra-se na *accountability*, na eficiência e no controle da qualidade.

A tendência norte-americana, baseada no positivismo, foi absorvida pelos autores brasileiros, que, ao longo da década de 1970, dedicaram-se a fornecer informações e orientações para o desenvolvimento de testes e medidas educacionais ancoradas nos princípios de Tyler. Tal influência também esteve presente na elaboração de leis e decretos federais e estaduais sobre avaliação escolar de educação básica (CALDERÓN; POLTRONIERI, 2013).

Com a racionalização científica, a avaliação educacional avançou muito, ocorreu uma evolução epistemológica que foi incorporando, paulatinamente, novos conceitos, finalidades, métodos e também redimensionando aspectos relacionados à dimensão política e à prática da avaliação. Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, a literatura, nesse campo, proliferou-se: “[...] se na fase pré-tyleriana a avaliação foi confundida com medida, na era tyleriana predominou, em sua essência, a valorização tecnicista dos objetivos educacionais que, inclusive, mantêm-se

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



na avaliação de programas até os dias atuais [...]. ” (DEPRESBITERIS, 1989, p. 5).

Ao inclinar-se frente às ideias, concepções e práticas de avaliações seculares, verifica-se que algumas tendências do passado ainda estão presentes nos rituais e nas finalidades do ato de avaliar, ou seja, há correlações entre os modelos de avaliação educacional pgressos com os adotados no contexto atual. Apesar das mudanças históricas no ato de avaliar, identificam-se nas principais tendências atuais dessa prática inclinações pretéritas, como:

As ritualísticas dos exames orais e escritos estão presentes nas escolas pós-modernas; os testes padronizados ainda são utilizados para aferir a qualidade do ensino-aprendizagem; as pressões psicológicas de indução e motivação permeiam as mentes dos atores educacionais na corrida competitiva por melhores resultados, premiações e condecorações; as solenidades de honra ao mérito permanecem nos calendários dos eventos escolares; a elaboração e aplicação das provas escolares por avaliadores externos tornaram-se pré-requisitos para monitorar o desempenho dos aprendizes e os indicadores educacionais.(ARAÚJO, 2016, p.30).

Em suma, observa-se que os preceitos do passado ainda se encontram presentes no campo da avaliação educacional.

Procedimentos metodológicos

Em primeiro lugar é oportuno avivar que as análises descritas neste artigo são provenientes da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), cujo objetivo principal foi investigar os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia. No



entanto, neste escrito nos deteremos aos achados da pesquisa realizada nas escolas nota dez da cidade de Sobral⁷.

A pesquisa empírica ocorreu em duas escolas da rede municipal Sobralense, contempladas mais de uma vez com o Prêmio Escola Nota Dez, sendo uma escola localizada na sede e a outra no distrito municipal de Caracará, a fim de se obter um maior confronto entre os diferentes contextos. Tais escolas estão identificadas por EP1 e EP2, respectivamente.

Para a concretude deste trabalho realizaram-se análises das entrevistas semiabertas dos doze alunos das turmas de 2º ano do ensino fundamental das instituições pesquisadas. Neste estudo, os relatos dos sujeitos da pesquisa estão identificados por meio de acrônimos; “A”, para aluno, seguido do número que o representa e da sigla da escola.

Foram utilizadas entrevistas abertas e semiestruturadas por terem roteiro simples a ser seguido e por proporcionarem compreensões ricas das experiências, valores, atitudes e sentimentos das pessoas (MANZINI, 1990/1991).

O estudo é de natureza qualitativa, tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004, p. 201).

Vale considerar que, aqui faremos uma discussão das descobertas da pesquisa no que tange ao uso de estratégias pedagógicas às avessas para condicionar e motivar as crianças a responderem a demanda da “eficácia” escolar na avaliação do Spaece.

⁷ Sobral, município cearense de 180 mil habitantes, situado no semiárido do sertão centro-norte do Estado do Ceará.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Resultados e discussões

Os reverses da política accountability, representada pelo Prêmio Escola Nota Dez: é preciso ver para crer?

O Prêmio Escola Nota Dez, modelo de política *accountability*, acaba reorientando as práticas pedagógicas e de gestão escolar, direcionando o que, como e para que ensinar, ou seja, sobredeterminando o trabalho docente, com o intuito de atingir os índices desejáveis na avaliação do Spaece (ARAÚJO, 2016).

Nesse sentido, mais precisamente no tocante às práticas de sala de aula, identificamos algumas ações cotidianas desenvolvidas nas escolas nota dez de Sobral que merecem ser depuradas e analisadas com mais afinco, visto que, muitas destas, são defendidas e aplicadas à luz de um discurso promissor de melhoria dos resultados das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do ensino fundamental.

Por exemplo, as fichinhas que são trocadas por brindes. A dinâmica funciona assim: os alunos que se destacam nas atividades de leitura e de escrita recebem fichinhas; ao somarem dez, as crianças poderão fazer a troca por uma boneca, um carinho, uma massinha de modelar, etc. As fichinhas são semelhantes ao modelo da imagem a seguir:



Imagem 1 – Fichinha que conta para ganhar brinde na EP2.



Fonte: ARAÚJO (2016, p.112).

Essa estratégia pedagógica, que é utilizada pela EP2, tende a pressionar as crianças a realizarem as atividades curriculares (tarefas escolares, tomadas de leitura oral, provas e simulados), bem como a adotarem atitudes disciplinares em troca do recebimento de brindes e prêmios. Nessa direção, Araújo (2016) assevera que as crianças são condicionadas a adotarem um determinado comportamento de aprendiz sob a lógica de uma educação produtivista e mercantil, em que o saber é trocado por uma mercadoria, conforme depõe o A4 da EP2:

[...] a gente tem que fazer uma prova, se a gente fechar ela todinha, aí a gente vai para a quadra brincar lá. A diretora marca a prova; o prêmio é para a gente ganhar uma boneca e um carrinho para os meninos. Quem acertar todas as questões, ganha. [...] dão uns docinhos assim, brinquedos como bonecas, tinta guache, massinha [...]; elas dão uma fichinha, quem completar as dez fichinhas vai ganhar o prêmio [...]. São fichinhas de brinde [...], se você é um aluno bom, você ganha o prêmio. Quando inteirar dez, aí você ganha. (ARAÚJO, 2016, p. 126, grifo nosso).

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Diante desse fato, evidenciamos que esta tática pedagógica utilizada, comumente, na sala de aula do 2º ano do ensino fundamental parece não gerar prejuízo algum para os alunos. Professores até defendem tal prática com o argumento de que as fichinhas mobilizam os alunos a se esforçarem mais e obterem melhores rendimentos escolares. No entanto, por trás desse discurso inofensivo, corre-se o risco de automatizar e padronizar o comportamento do aprendiz, deixando-o preso a uma contingência de estímulo x reforço, restringindo seu potencial de desenvolvimento àquelas atividades dirigidas aos testes padronizados.

Além dessa prática, em cada turma de 2º ano da EP1, existe o desenho de uma árvore na parede das salas de aula, na qual os nomes dos discentes são fixados de acordo com seu desempenho estudantil, ficando em cima, na copa da árvore, os nomes dos educandos com excelente desempenho e, em baixo, na raiz ou no caule, a identificação dos estudantes que apresentem desempenho insuficiente quanto às habilidades de leitura e escrita, conforme se vê adiante.

Imagem 2 – Árvore de desempenho dos alunos da EP1



Fonte: ARAÚJO (2016, p.127).



Tal mecanismo suscita a comparação das crianças entre si, gerando, como alerta Freitas (2014), uma diferenciação entre os alunos em sala de aula e um clima competitivo na escola. Isso produz inúmeras dificuldades para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o professor, não raro, acaba por fazer diferenciações em sala de aula, distinguindo os alunos aptos e competentes daqueles considerados inaptos e incapazes. Reconhece-se nessa prática escolar a coerção psicológica e social na qual sofrem as crianças, de atenderem a imposição de um ritmo único, de fora para dentro, privando-os de seus desejos, vontades e particularidades pessoais. Esta situação pode ser evidenciada no depoimento do A6 da EP1: “Na sala, tem uma arvorezinha que tem o nome dos alunos, uns embaixo, outros no meio, alguns no topinho e outros lá em cima. Aí quem está lá em cima tem que ficar para quando for no final do ano ganhar um brinde [...]”. (ARAÚJO, 2016, p.126, grifo nosso)

Diante desse depoimento percebemos que as crianças se apropriam do ideário da árvore de desempenho e são tencionadas a se manterem no topo em troca de uma recompensa.

Nessa perspectiva, compreendemos que tanto as fichinhas quanto as árvores de desempenho escolar são estratégias pedagógicas às avessas, pois camuflam a competitividade, a seleção e a classificação entre os “aptos” e os “não aptos”, como também escondem a meritocracia no condicionamento das crianças a buscarem atingir melhores rendimentos em troca de recompensas por brindes e/ou prêmios. Logo, no jardim das árvores de desempenho oculta-se a discriminação e o preconceito com que sofrem aqueles que se desviam do *standard*, do padrão de “normalidade”, do alcance da excelência escolar.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



Considerações finais

Na seção *O passado presente dos rituais e das finalidades do ato de avaliar* enfatizamos que a avaliação educacional, ao longo dos tempos históricos, agregou propósitos e características ligadas ao controle, à classificação, à competição, à premiação e à punição. Desde as primeiras provas escritas no período jesuítico até os testes padronizados da sociedade contemporânea, encontramos a valorização da atribuição de prêmios para os alunos e para as escolas que conseguem se destacar nas habilidades de leitura e escrita. Também identificamos que é comum, na escola atual, submeter os educandos a vários testes durante o ano, o mês e até mesmo o dia letivo, revalidando práticas docentes defendidas por Comenius no Séc. XVII. Além disso, a ideia de avaliar como sinônimo de medir ainda não foi superada, visto que as redes estaduais e municipais de ensino tendem a fazerem uso dos resultados das avaliações externas para classificar e *ranquear* as escolas, dando mais ênfase aos aspectos quantitativos dos testes padronizados em decorrência das políticas de premiação em vigor.

Esse ranço da cultura da avaliação está muito presente no estado do Ceará, principalmente devido à ocorrência do Prêmio Escola Nota Dez que impulsiona as escolas de ensino fundamental a reorientarem suas ações docentes em prol de atingirem os melhores resultados no Spaece e, por conseguinte, conquistarem a referida premiação.

Os reverses da política *accountability*, representada pelo Prêmio Escola Nota Dez, podem ser constatados no cotidiano das escolas, como visto nas EP1 e EP2 em Sobral. A lógica da meritocracia está sutilmente disfarçada no jardim das árvores de desempenho, nos desenhos coloridos que ocultam a valori-



zação do mérito e da “eficácia” escolar. Nessa direção, esconde-se também a possibilidade de estigmatizar a criança por não acompanhar tal padrão, de segregá-la e excluí-la, ocasionando, em vários casos, a baixa autoestima, o desinteresse escolar e a evasão.

O que expomos aqui acerca das estratégias pedagógicas às avessas foi uma pequena fração das repercussões que esse modelo de política propicia para o contexto escolar do ensino fundamental.

Enfim, precisamos ver para acreditar que, em pleno Séc. XXI, artifícios didáticos tão tradicionais e discriminatórios ainda sejam utilizados, em sala de aula, com o jugo de ser promissor para a melhoria da aprendizagem e do desempenho escolar das crianças.

Referências

ABRUCIO, F. L. **O impacto no modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** Brasília, DF: Enap, 1997. (Série Cadernos Enap, 10).

ARAÚJO, K. H. **Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009.** 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CALDEIRA, A. M. S. **Avaliação e processo de ensino-aprendizagem.** Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, 1997.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H. Avaliação da aprendizagem na educação básica: as pesquisas do estado da arte em

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO



questão (1980-2007). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 873-893, 2013.

CEARÁ. **Prêmio Escola Nota 10**. Fortaleza: Seduc, 2013b.

CEARÁ. Programa de Aprendizagem na Idade Certa. MAIS PAIC. **Manual de orientações para elaboração, execução e prestação de contas de aplicação dos recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez**. Fortaleza: Seduc, 2017.

DEPRESBITERIS, L. Avaliação de programas e avaliação da aprendizagem. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 19, p. 5-31, 1989.

DIAS SOBRINHO, J. O campo da avaliação: evolução, enfoques, definições. In: DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-52.

ESCUADERO, T. Desde los tests hasta la investigación evaluativa actual. Un siglo, el XX, de intenso desarrollo de la evaluación. **Relieve**: Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 11-43, 2003.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas**: o “Ratio Studiorum”: introdução e tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

LIMA, M. A. M.; MARINELLI, M. (Org.). **Epistemologias e metodologias para a avaliação educacional**: múltiplas visões e abordagens. Fortaleza: UFC, 2010.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem**: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

LUNT, I. A prática da avaliação. In: DANIELS, H. (Org.). **Vygotsky em foco**: pressupostos e desdobramentos. Campinas: Papyrus, 1994. p. 219-252.



MACEDO, S. M. F.; LIMA, M. A. M. Revolvendo o passado da avaliação educacional e algumas repercussões na escola. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 32, p. 155-171, 2013.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

RODRIGUES, A. M. R.; PARENTE, F. A. C. Avaliação educacional: uma abordagem histórica. In: LIMA, M. A. M.; MARIANELLI, M. (Org.). **Epistemologias e metodologias para a avaliação educacional**: múltiplas visões e abordagens. Fortaleza: UFC, 2010. p. 101-126.

SAKAMOTO, B. A. M. A avaliação em questão: Perrenoud e Luckesi. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 1., 2008, Cascavel. **Anais...** Cascavel, nov. 2008.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional**: teoria-planejamento-modelos. São Paulo: Ibrasa, 2000.

ORGANIZADORES

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA • RAIMUNDO HÉLIO LEITE • JOCYANA CAVALCANTE DA SILVA • LUCAS MELGAÇO DA SILVA
NÁGILA RABELO DE LIMA • MARIA AUREA • MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA • PABLO CARVALHO DE SOUSA NASCIMENTO
RITA DE FÁTIMA MUNIZ • VERA LÚCIA PONTES JUVÊNCIO